



Cruvinel: legado da Copa são as obras de mobilidade



Deputado Heuler Cruvinel (GO)

“Vamos fiscalizar essas obras para que elas tenham continuidade, mesmo após a Copa, e assegurar que sejam concluídas e inauguradas”, afirmou o deputado **Heuler Cruvinel (GO)**, vice-líder do PSD, ontem (13), após audiência pública que cobrou a efetivação dos cronogramas de exe-


cução das obras de acessibilidade e mobilidade urbana para o Mundial.

Segundo Cruvinel, apenas 22,65% das obras foram finalizadas. “A população está frustrada. Acreditou-se que, a essa altura, teríamos novos VLTs [Veículo Leve sobre Trilhos], BRTs [Bus Rapid Transit], alargamento de avenidas, metrô de superfície, entre outros, e nada aconteceu de verdade”, lamentou.

“A vida do brasileiro melhorou da porta para dentro de sua casa. Ele fez viagens, comprou eletrodoméstico, reformou a casa. Mas, da porta para fora, ele não tem acesso à saúde, à educação, à infraestrutura, ao transporte coletivo, à segurança. Ele viu o governo gastar milhões em estádios aos quais ele não terá acesso, devido ao alto custo dos ingressos para os jogos e o verdadeiro legado

para o país, que seriam as obras de transporte urbano e acessibilidade, não estão nem próximas de serem concluídas”, criticou Cruvinel.

O deputado lembrou que o anúncio de que o Brasil iria sediar a Copa foi feito há sete anos. “Poderíamos já estar com um sistema de transporte que atendesse às necessidades da população. Agora, temos que evitar que a única herança sejam esses verdadeiros elefantes brancos, estádios caríssimos e com pouca utilidade futura”, disse.

O debate ocorreu na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) e contou com a participação do coordenador-geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura do Tribunal de Contas da União (TCU), Adalberto Vasconcelos, e do procurador da República, Fabiano de Moraes. 

Sciarra e Dorner defendem transporte hidroviário

O deputado **Eduardo Sciarra (PR)**, ex-líder do PSD, destacou, durante Simpósio de Hidrovias realizado nessa terça-feira (13), a importância de aprovar uma legislação que viabilize o uso de transporte hidroviário no país. “Trata-se do modal mais econômico que existe. Porém, no Brasil, onde há condições bastante favoráveis a esse tipo de transporte, ainda não temos um marco regulatório”.

Sciarra é relator do Projeto de Lei 5.335/09, que regulamenta a construção de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias. Em sua apresentação, ressaltou o diálogo da comissão especial que analisa a proposta, com os setores interessados e com as áreas do governo responsáveis pelo tema. “Vamos apresentar




Deputado Eduardo Sciarra (PR)

um substitutivo que não crie amarras, mas defina critérios que levem em consideração a realidade e as necessidades tanto do setor hidroviário quanto do de energia”, disse.

De acordo com ele, o substitutivo deve possibilitar o aproveitamento do potencial de navegação

dos rios do país, sem onerar os consumidores de energia.

Também participou da discussão o deputado **Roberto Dorner (MT)**. Segundo ele, caso se torne realidade, o modal hidroviário pode chegar a diminuir em até cinco vezes os custos de escoamento da produção. “As eclusas precisam ser construídas para reduzirmos os caminhões nas estradas, pois, o transporte rodoviário, além de mais caro é menos seguro para a carga”.

O evento foi realizado pela Subcomissão Permanente dos Portos e Vias Navegáveis da Comissão de Viação e Transportes e foi dividido em três debates temáticos: o Plano Hidroviário Estratégico Brasileiro; o Programa de Dragagem da Navegação Interior; e o PL 5.335/09. 

Bornier quer priorizar acesso e uso de bicicletas

“Precisamos colocar como prioridade o acesso e uso de bicicletas como meio de transporte no país”. A afirmação foi feita pelo deputado **Felipe Bornier (RJ)** ao abordar a tributação incidente sobre o setor, durante audiência pública solicitada por ele, nessa terça-feira (13). Bornier é autor do Projeto de Lei 3.965/12, que propõe a isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para o veículo.

O parlamentar afirma que a bicicleta vai muito além do lazer, uma vez que serve como meio de locomoção e, por isso, necessita de incentivo. “Percebemos que no Brasil não existem políticas de isenção de imposto nessa área. Vemos, a todo o momento, o governo federal incentivando a redução, por exemplo, do IPI de automóveis. Vemos outros países evoluindo e o Brasil parece



Deputado Felipe Bornier (RJ)


estagnado nessa realidade”.

Bornier considera que também é preciso conscientização para que a bicicleta se fortaleça como modal de transporte. “O debate contribui para abrir o diálogo com os governos e preparar os estados e municípios para esse desenvolvimento. Incentivar, por exemplo,

a construção de ciclovias, já que a mobilidade é pauta nacional”.

Felipe Spoalori Martins, auditor fiscal da Receita Federal, afirmou que o debate não pode ser centralizado somente em impostos. “Precisamos olhar também para as questões culturais e de infraestrutura. Se isentarmos o IPI das bicicletas estaremos tirando a competitividade da Zona Franca de Manaus. Isso porque lá elas já são produzidas sem o imposto”, justificou.

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário aponta que o veículo recebe uma carga tributária de, em média, 36,2%, sendo que o IPI corresponde a 10%.

O debate foi realizado pelas comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS). 

Implicações da criação de condomínios hoteleiros preocupa Roberto Santiago



Deputado Roberto Santiago (SP)


O deputado **Roberto Santiago (SP)**, vice-líder do PSD, presidiu, ontem (13), audiência pública que discu-

tiu, na Comissão de Turismo (CT), as implicações da criação de condomínios hoteleiros, previstas no Projeto de Lei 2.867/04, que aguarda por votação no Colegiado.

A medida flexibiliza a Lei Geral do Turismo (11.771/08), que exige para a constituição de condomínios hoteleiros, flats, apart-hotéis e similares, adesão de pelo menos 60% dos proprietários das unidades do empreendimento, criando assim, um *pool* de administração, manutenção e divisão das diárias.

Santiago explicou que existe uma divergência quanto à permanência da exigência dos 60%. “Enquanto a Federação Brasileira de Hospeda-

gem e Alimentação [FBHA] apoia o projeto com a manutenção do *pool*, o Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais [SECOVI] defende a retirada”.

Segundo o parlamentar, essa questão precisa ser resolvida para que a legislação aprovada contemple as duas partes, sem prejudicar os profissionais que atuam nesse segmento. “Do jeito que está, afeta e confunde o trabalhador que não sabe se é funcionário hoteleiro ou de condomínio. O piso salarial, a negociação de data base e vários outros fatores são diferentes para cada uma dessas categorias”. 

EXPEDIENTE

PSD - Partido Social Democrático
Líder do PSD: Moreira Mendes (RO)
Chefe de Gabinete: Murilo Mori
Editora-Chefe: Danielle Arouche
Redatora: Raquel Sacheto
Revisão: Rogério Oliveira
Diagramação: Jorge Ribeiro

Fotografia: Heleno Rezende e Cláudio Araújo
Reportagens: Carola Ribeiro, Jaque Bassetto, Verônica Gomes e Danielle Marques

Liderança do PSD na Câmara dos Deputados - Anexo II
Assessoria de Imprensa - Sala 150B - Fone: 3215-9073

 @psdcamara  PSD Câmara



Acompanhe as matérias de áudio e vídeo no nosso site:
www.psdcamara.org.br